



CÂMARA MUNICIPAL MACAÚBAS

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA (21ª) SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO (2º) PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022), DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA.

Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e dois (24/11/2022), às oito horas e dez minutos (08h10min) sob a Presidência do Vereador ROBERTO CARLOS ROCHA, Secretariado pelos Edis: ROBERTO OLIVEIRA SOUSA (Primeiro Secretário) e WILLIAN SILVA SOUZA (Segundo Secretário), em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa de Leis, deu-se início a vigésima primeira Sessão ordinária do segundo período do ano de dois mil e vinte e dois, estando presentes os seguintes vereadores: José dos Anjos Santos, Jurandi Costa Silva, Jurandi de Sousa Amaral, Marcelo Antônio Nogueira Costa, Márcia da Silva Benda, Marciel Costa Souza, Ricardo Azevedo Longa, Ricardo Luciano Figueiredo Costa, Roberto Carlos Rocha, Roberto Oliveira Sousa, Rosenilton Defensor Araújo, Valmir Conceição dos Santos, Waldomiro Sobrinho Mória e Willian Silva Souza. Com a ausência justificada do vereador Roberto Cléber Oliveira Rêgo. **Na primeira parte - Pequeno Expediente**, observando que havia número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão cumprimentando as pessoas presentes, internautas e ouvintes da FM 103,9. O vereador **Waldomiro (Vá de Lindolfo)** pediu Moção de Pesar à família de Zé do Gesso de Contendas pelo falecimento de sua esposa. O **Presidente Carlinhos** também deixou seu pesar à família de Edvaldo Moreno da região serrana pelo falecimento de sua mãe e também foi solicitado Moção de Pesar à família de Gilson de Contendas pelo seu falecimento, a pedido do vereador **Rosenilton (Nito)**. Em seguida, foi realizada a oração de praxe (Pai-Nosso), e após, foi consultado sobre a aprovação da ata da sessão anterior, a qual foi entregue cópias nos Gabinetes dos vereadores para análise, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes sem retificações. Na sequência, o **Presidente** autorizou a Secretária a realizar a leitura da seguinte proposição: INDICAÇÃO Nº 263/2022 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022 ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, de autoria do Vereador Roberto Oliveira Sousa, propondo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, juntamente com Secretaria de Infraestrutura a construção de 01 (um) redutor de velocidade (quebramolas) na Rua Rosalva Senhorinha dos Santos no Distrito de Cristais, neste Município de Macaúbas – Bahia. Em questão de ordem, o vereador **Ricardo Azevedo Longa** pediu para que os Projetos do Legislativo de nº 152 e 153/2022 de sua autoria, fossem colocados em única discussão e votação para que assim pudessem agilizar os trabalhos devido ao curto período de tempo para o encerramento, dessa forma o **Presidente** consultou os vereadores e todos foram de acordo. Prosseguindo com o **PEQUENO EXPEDIENTE** o Presidente **Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antério)** agradeceu a Deus pela chuva em abundância em nossa região e logo após, passou a palavra ao **Primeiro Secretário Roberto Oliveira Sousa (Roberto de Zé de Enequina)** para coordenar os trabalhos, o qual deixou seus cumprimentos aos presentes, ouvintes da 103,9 e internautas e passou à palavra aos Senhores Vereadores pelo tempo regimental de 03 (três) minutos. Fez uso da palavra o vereador **Jurandi Costa Silva**, que após deixar suas saudações aos presentes e aos que acompanham através dos diversos meios de comunicação, lamentou várias percas que tiveram no decorrer dos últimos dez

Roberto Oliveira Sousa

dias, pessoas muito fluentes em sua região, sendo Manoel de Izidório, Gilson de João Bento, Jane esposa de Zé de Badú, Dona Terezinha de Chico Duro e Miguel Vieira, pessoas trabalhadoras e participativas em suas comunidades, deixando seu pesar às famílias dos falecidos, pedindo a Deus que conforte os corações enlutados. Em seguida, cobrou da Gestão Juntamente com a Secretaria de Infraestrutura sobre a passagem de água na Comunidade de Catolés, visto que iniciou o período chuvoso e está causando transtorno, sendo uma cobrança da população que precisa ser atendida, sinalizando que já cobrou diversas vezes, sendo que o Prefeito já foi até o local há quinze dias mas ainda não tomou providências. Falou também sobre a situação de outra estrada que está com difícil acesso, sendo a estrada que foi desobstruída próximo a localidade Mangueirinha, a qual também necessita de uma passagem molhada para dá condições de acesso as pessoas que ali residem. Em uso da palavra o vereador **Willian Silva Souza** iniciou a sua fala deixando seus cumprimentos aos presentes e aos que acompanham através das redes sociais. Em seguida, teceu comentários referente a Audiência Pública sobre a Reforma Tributária realizada nesta Casa no início da semana, sinalizando que o Advogado Tributarista Dr. Diego tirou algumas dúvidas tanto dos vereadores como da população, dizendo ser uma pena que esse Projeto chegou nesta Casa já nos quarenta e cinco minutos do segundo tempo, abordando que o referido Projeto tem cento e oitenta e cinco páginas e assim como ele, acredita que os colegas não conseguiram analisar item por item. Após, fez comentários referente a fala do Chefe de Gabinete do Executivo na Audiência Pública, o qual perguntou ao Advogado qual seria a punição para os vereadores que votassem contra o Projeto, dessa forma o vereador a explanar disse entender que a citada fala foi no sentido de ameaças aos vereadores, sinalizando que jamais tomará alguma atitude que possa prejudicar a população, principalmente por pressão da atual gestão. Na sequência, informou que ainda não terminou de fazer a leitura do citado Projeto, acreditando que até o final desse ano não conseguirá fazer, visto que falta apenas duas sessões para o encerramento do Biênio, ao tempo que informou que irá tirar suas dúvidas com o jurídico em relação ao que foi falado pelo Chefe de Gabinete assim como irá pedir vistas do Projeto para que tenha mais tempo para analisar. Continuando, chamou a atenção da Secretaria de Esporte do nosso município, visto que o Secretário da Pasta citada, esteve na Tribuna desta Casa, porém, não tirou as dúvidas da população, informando que o povo está cobrando dos vereadores em relação ao Estádio Municipal, pedindo explicações do que realmente está acontecendo, pois há dois anos está de portas fechadas sem nenhuma decisão, lembrando que o esporte está fluindo normalmente em toda região com a realização de vários campeonatos nas comunidades, as quais estão realizando os eventos por conta própria, uma vez que não há nenhum incentivo por parte da Secretaria de Esporte como é relatado pelos organizadores. Para finalizar, questionou sobre a situação que se encontra o campo de Lagoa Nova, visto que colocou terra, parou o esporte dizendo que ia reformar o campo e até o momento nada fez, dizendo que quando procura os responsáveis sempre aparecem com desculpas que as máquinas estão quebradas, ao tempo que pediu ao Secretário de Esporte para que o mesmo compareça a esta Casa para falar sobre as ações que estão sendo feitas na sua Pasta, visto que os campeonatos regionais das cidades vizinhas estão acontecendo normalmente. O vereador **Waldomiro Sobrinho Mória (Vá de Lindolfo)** iniciou sua fala deixando suas saudações a todos os presentes e ouvintes através dos meios de comunicação. Em seguida, deixou sua solidariedade à fala do colega Jurandi Silva em relação as pessoas da região de Contendas que partiram nos últimos dias, pessoas novas que tiveram suas vidas ceifadas. Após, teceu comentários referente ao Projeto do Código Tributário, especificamente sobre a Audiência Pública, dizendo que acompanhou através dos meios de comunicação e percebeu que o Advogado explanou muito bem, porém, deixou sua indignação em relação aos questionamentos dirigidos a

Roberto Oliveira Sousa

ele, ao tempo que abordou em relação a falta de comunicação sobre a realização da Audiência, pois mesmo que não pudesse realizar Audiências em todos os Distritos, deveriam ter pelo menos mandado o comunicado para que a população tivesse conhecimento, pois quem participou do ato foi apenas os interessados e envolvidos na elaboração do Projeto, deixando sua indignação com a pessoa do Chefe de Gabinete que ganha aproximadamente doze mil reais e está querendo colocar impostos para as pessoas carentes pagar. Parabenizou os vereadores que participaram da Audiência Pública, dirigindo seus questionamentos de forma correta ao Advogado, que conseguiu tirar algumas dúvidas das pessoas que estavam acompanhando. Em seguida fez um apelo aos cidadãos macaubenses assim como aos comerciantes, para que assim que o Projeto do Código Tributário for colocado em pauta que todos compareçam a esta Casa para ter conhecimento de quem são os vereadores que estão do lado do povo e os que estão ao lado do Gestor, visto que o momento que estamos vivendo não é propício para a população pagar impostos, lembrando que no decorrer da pandemia houve indicações de vários vereadores nesta Casa solicitando um auxílio para as pessoas carentes, porém, o Gestor não atendeu nenhuma das reivindicações. Afirmou que se aprovarem o citado Projeto estarão criando uma Lei que nunca mais será derrubada. O vereador **Marcelo Antônio Nogueira Costa**, após cumprimentar os presentes no recinto e aos que assistem pelos diversos meios de comunicação, teceu comentários referente a situação que se encontra algumas estradas nesse início de período chuvoso, tendo em vista que existem várias passagens molhadas que precisam ser feitas, pois algumas delas estava com difícil acesso mesmo antes de iniciar as chuvas, citando as comunidades de Pombas, Olho D'água, Cupido que quando chove ficam interditadas, lembrando que foi uma promessa de campanha do atual Gestor e espera que a secretaria responsável que assumiu recente tomem providência o mais rápido possível, mesmo sabendo que existe a intenção de muitos vereadores para o próximo ano indicar a construção dessas passagens molhadas através da Emenda Parlamentar aprovada por esta Casa. Em seguida, parabenizou mais uma vez a Associação Proleite nas pessoas de Rosenã, Dêja e Zezilo, pelo trabalho de cidadania que vem desenvolvendo no município, citando que as máquinas estão concertando até estradas, mesmo que seja para ficar fácil o acesso do caminhão que transporta o leite, porém, serve para todos os usuários das estradas, lembrando que a máquina foi adquirida através de Emenda Parlamentar do Deputado Artur Maia, a qual já realizou mais de duzentos e cinquenta horas/máquina na limpeza de tanques/aguadas, assim como parabenizou pelo bom uso do trator agrícola adquirido através de Emenda do Deputado Fabrício Falcão que está trabalhando transportando palmas, levando maniva, dando suporte ao produtor de leite. Com relação ao Projeto da Reforma Tributária, sinalizou que cada vereador tem o seu direito de votar a favor ou contra o Projeto, porém, o que não pode é uma pessoa de fora vir a esta Casa e tentar ameaçar os vereadores, visto que cada qual irá arcar com suas consequências do voto, ao tempo que sinalizou que votou contra no passado e atualmente também irá votar contra, sabendo que o município necessita dessa reforma, mas não é o momento, salientando que há sessenta dias o Executivo tirou essa Reforma desta Casa e mandou novamente com uma cara diferente, porém, não é o que condiz com a nossa realidade, acreditando que o citado projeto será reprovado pelo bem do nosso povo, pois a situação do povo do nosso município está cada dia mais difícil, então não pode contribuir com esse ato. Voltando a palavra ao **Presidente Carlinhos**, o qual sinalizou que a Câmara de Vereadores fez a sua parte em relação a divulgação da Audiência Pública, tendo em vista que a Mesa Diretora recebeu um ofício da vereadora Márcia, Presidente da Comissão de Finanças, solicitando a realização da citada Audiência, dessa forma a Mesa encaminhou o ofício ao Executivo, foi marcada a Audiência que foi divulgada nas redes sociais da Câmara assim como foi transmitida através da FM, onde foi bastante

Roberto Oliveira Sousa

esclarecida, dizendo que a Câmara fez a sua parte de forma transparente, então cabia ao Executivo fazer também a divulgação. Na **segunda parte – Grande Expediente** fez uso da palavra os seguintes vereadores: O vereador **José dos Anjos Santos (Iê)** cumprimentou a todos e logo após, discorreu comentários sobre a área da saúde dessa municipalidade, ao tempo que solicitou o apoio dos colegas legisladores para debater sobre os atendimentos que estão sendo realizados na Policlínica de Brumado e a população não está usufruindo, por entender que não compensa a espera para marcação, assim como o deslocamento até a citada a Unidade. Com isso, a população macaubense está ficando desassistida, uma vez que na confiança do Convênio existente com a Policlínica, os procedimentos aqui no município não acontecem porque os aparelhos de raio-X e ultrassom se encontram quebrados e os pacientes não têm opção a não ser procurar clínicas particulares para realizar seus exames, exceto os mais próximos (sem especificar) que são encaminhados às clínicas e têm os procedimentos pagos. Na sequência, declarou que o Projeto do Código Tributário é uma responsabilidade fiscal e precisa ser aprovado, porém, palpitou que esse não é o momento, bem como precisa ser uma reforma tributária justa, sendo que aos moldes apresentados tende a beneficiar os "grandes", a exemplo das mineradoras que além da destruição do Meio Ambiente tem ganhos centralizados em benefícios de poucos e ficando o município sem ganhos significativos. Seguindo no mesmo contexto, declarou que ao observar ações para alargar estradas para beneficiar mineradoras, aparentou ações de interesse próprio por parte de alguém da gestão municipal e além disso, houve a proposta de diminuir tributos. Anunciou que se posiciona contra a reforma tributária, a mesma vem para diminuir ganhos do município e favorecer empresários, e apesar da possibilidade de apresentar emendas ao referido Projeto, esse não é o momento para aprova-lo. Após as colocações acima, anunciou que irá dar busca nos prontuários dos pacientes com o intuito de saber a verdade sobre a procedência de atendimento, caso certifique que o exposto é verídico sugere que o tema seja debatido nesta Casa. Feito isso, direcionou sua fala ao colega Jurandir concordando que houve grandes perdas de pessoas na comunidade de Contendas, ao instante que citou os nomes dos falecidos, assim como mencionou o falecimento do jovem Leozinho, em memória, pertencente à família de Chico de Tuta, ocorrido na corrente semana aqui na Sede deixando seus sentimentos aos familiares. Em uso da palavra, o vereador **Ricardo Luciano Figueiredo Costa** fez as saudações de praxe e na sequência, declarou ter recebido informes de que tanto o aparelho de raio-X da UPA-Unidade de Pronto Atendimento quanto do Hospital, não estão funcionando assim como o aparelho de eletrocardiograma. Expôs ainda que houve suspensão das cirurgias agendadas a serem realizadas no Hospital, pela ausência de anestesiologista, e isso só vem demonstrar o que frequentemente vem sendo abordado nesta Casa Legislativa no contexto da área da saúde, não havendo avanços. Feito isso, expressou que o Projeto da reforma tributária é composto por mais de 200 (duzentas) páginas, chegou nesta Casa Legislativa sem tempo hábil para leitura, entendimento e discussão ao que vem sendo proposto. Pronunciou que diante do pouco que observou, o citado Projeto irá afetar o contribuinte pobre. Seguindo no mesmo teor, informou que atualmente as mineradoras pagam R\$10.000,00 (dez mil reais) por licença o que é considerado um valor baixo, e a proposta apresentada é que caia para R\$ 2.000,00, (dois mil reais). No ato, como comparativo, revelou os valores de quatro taxas que mineradoras pagam ao município de Boquira, frente ao exposto, alegou que essa municipalidade deveria estar sendo beneficiada, mas a reforma vem propor uma diminuição de taxa de quem detém de condições pra pagar e crescer para quem não pode. Proferiu que a proposta da taxa de coleta de lixo é absurda, a de iluminação pública não foi totalmente explicada na Audiência Pública. Sobre o evento já referido, expressou que os legisladores foram comunicados, mas a sociedade não foi informada para se fazer presente e ouvir. Explanou que apesar de

Roberto Oliveira Sousa

não estar presente, a acompanhou pelas redes sociais e observou que a explicação foi de modo a confundir a população. Assegurou que no Projeto em tese há pouco que condiz com a realidade desse município e com isso é desnecessário apresentar Emendas, pois teria que ser mais de 100 (cem). Opinou sobre a fala do colega vereador Willian onde citou que houve um questionamento com o intuito de pressionar/ameaçar os vereadores, sobre isso, o vereador a explicar insinuou ter sido algo premeditado, e declarou que os Edis não irão ceder a pressões e vão observar o que é bom para o povo. Na oportunidade, revelou interesse em saber previamente da data da votação do Projeto em tela, para possibilitar convocar a população macaubense pra vir a esta Câmara de Vereadores no dia da votação do mesmo e observar quem serão os legisladores que estão do lado do povo ou do lado dos que querem "encher o bolso", uma vez que a população não será beneficiada. Frisou que esse não é o momento e que é necessário que haja mais tempo para discussão do Projeto proposto. Por sua vez, a vereadora **Márcia da Silva Benda**, após os cumprimentos de rotina, opinou sobre a reforma tributária declarando que houve a Audiência Pública, abordando que a mesma foi proveitosa, muito explicativa, declarou que discorda dos colegas quanto a falta de transparência, uma vez que os legisladores são transformadores de opiniões e tem contatos diretos com às comunidades e assim poderiam fazer divulgação, bem como houve transmissão pelos canais digitais onde o Jurídico Tributarista detalhou as novas situações postas no Projeto do Código Tributário. Explicou que o Projeto em discussão é composto por 200 (duzentas) páginas, mas o Código Tributário já é existente nesse município e o que foi explicado foram as novas situações propostas. Seguindo na mesma temática, discursou que o propósito da Audiência Pública foi para propiciar discussão sobre os tópicos do Projeto do Código Tributário, o legislador que quis esteve presente, instigou e sanou suas dúvidas; a população ouviu; assim como os vereadores detêm da competência para se reunirem. Salientou que a reforma tributária é necessária, uma vez que todos têm ciência da obrigatoriedade de alguns segmentos imposto pelo Tribunal de Contas do Município, a exemplo da taxa de resíduos sólidos que precisa ser implantada. Frisou que a proposta de taxas deve ser discutida, observados casos à parte e compete ao vereador apresentar modificações. Na sequência, proferiu que achou desnecessária a colocação do Chefe de Gabinete relacionado aos vereadores, por ser algo jurídico. Em tempo, deu ênfase de que a reforma tributária é necessária na gestão municipal e cabe a esta Casa Legislativa aprova-la ou não, porém o Poder Executivo está fazendo a sua parte, assim como a vereadora a explicar fez como Presidente da Comissão de Finanças oficializando a Mesa para encaminhar ao Gestor municipal a solicitação da Audiência Pública. Seguindo no mesmo contexto, sinalizou que seja presencialmente ou por intermédio da rádio FM, todos os vereadores ouviram a Audiência Pública e pontuou que não faz sentido tratar o Projeto do Código Tributário com parcialidade, pois o mesmo já é uma exigência legal enfatizando sobre a brevidade que precisa ser atribuído ao resíduo sólido, citou ainda que nada recairá sobre os vereadores pelo voto ser inviolável, porém a Câmara será notificada, ao ser contactado que o Gestor Municipal fez a parte dele. Quanto ao dito pelos colegas sobre o tempo para discussão, a mesma concorda, mas declarou que o Projeto em discussão foi apresentado nesta Casa Legislativa e aqui permaneceu até o mês de agosto para que os vereadores fizessem o que achasse necessário, como não fez, diante da perca do prazo, a Gestão Municipal o retirou e posteriormente o reapresentou. Alegou que se o mesmo for reprovado, será apresentado anualmente, por ser uma forma da Gestão municipal se resguardar juridicamente diante da proposta legal do resíduo sólido. Quanto a vinda da população nesta casa para observar os votos dos vereadores, a vereadora declarou que a população deveria estar presente, mas que a ausência na Audiência Pública foi em decorrência do tempo chuvoso, mas ouviu a transmissão pela rádio FM e quem teve

Roberto Oliveira Sousa

interesse ouviu, sendo necessário que as pessoas participam, assim como que os vereadores tenham informações verídicas para passar para a população e não frisar números aleatórios e/ou situações. Divulgou que o Projeto em discussão está no site da Câmara para quem tiver interesse, assim como se necessário o Jurídico virar novamente para discussão, e concordou com a fala do colega vereador William em pedir vista do Projeto, colocou que se não for votado no corrente ano, que seja no ano vindouro, mas a reforma do Código Tributário não deixa de ser uma necessidade conforme estabelece lei federal (sem especificar), bem como há cobranças aos municípios através de Audiências Públicas em virtude do Marco do Saneamento Básico. Por sua vez, o vereador **Valmir Conceição dos Santos** cumprimentou a todos e logo em seguida, afirmou que se fez presente na Audiência Pública realizada na última segunda-feira, esteve a ouvir, e afirmou que a reforma do Código Tributário é necessária, mas que existem tributos embutidos no citado Projeto que não deveriam existir. Alegou que o evento realizado não atendeu os contribuintes mais pobres, frisou que em sua totalidade os participantes da citada audiência foram as pessoas diretamente ligadas ao alto escalão da Administração Pública Municipal e certificou que a população, a qual será diretamente afetada, não marcou presença. Seguindo na mesma temática, declarou que o evento especificado foi solicitado na última quinta-feira pela vereadora Márcia, posterior a isso, o mesmo não visualizou propagação por meio de carros de sons convocando a população em geral. Salientou ser importante a reforma do Código Tributário, mas discorda do que determina alguns itens, a exemplo da cobrança de R\$30,00 (trinta reais) por dia, do produtor rural que vier para colocar uma barraca na feira. Pontuou que os legisladores como representantes do Povo precisam fazer discussões em benefício do trabalhador, de modo que não venha prejudicá-lo. Declarou que esteve a conversar com o jurídico referente a taxa de resíduos sólido, iluminação pública, açougueiros e barraqueiros, bem como sobre o valor que tende a ser cobrado sobre as mineradoras, onde atualmente é cobrado R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e a proposta vem baixar para R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Em tempo, narrou que a proposta vem a atender os distritos em sua totalidade, mas o vereador duvida que isso venha acontecer, uma vez que atualmente quando é executado a reposição da iluminação pública é realizado apenas em pontos específicos e não para todos da localidade. Defendeu que a taxa de resíduos sólidos só deve ser cobrada quando o município vier a oferecer o Saneamento Básico, sinalizando que anteriormente votou contrário a aprovação do Projeto em tese e dará voto desfavorável novamente. Seguindo com suas colocações, pronunciou que no seu primeiro mandato na vereança se posicionou desfavorável a aprovação da taxa da CIP-Cobrança de Iluminação Pública, Projeto esse que foi apresentado e posteriormente retirado de Pauta, com isso, faz refletir sobre o atendimento ao município com arrecadação, mas também aos contribuintes pobres que passam dificuldades no cotidiano. Na sequência, expôs que na semana anterior, três jovens da comunidade de Lagoa Nova o procurou com o intuito de saber o que está acontecendo com o campo de futebol da referida comunidade, o vereador anunciou que tanto o mesmo quanto o colega vereador William já fez indicação ao poder executivo sobre, acresceu pontuando esperar ações da Secretaria Municipal de Esporte, dos Secretários de Administração e de Infraestrutura para que resolva a problemática citada e propiciam aos jovens a prática de esportes. Feito isso, pontuou que frequentemente o mesmo aborda que o chefe do Poder Executivo está sendo prejudicado pela escolha errônea de membros da Gestão, e para exemplificar citou o questionamento de um cidadão (sem especificar) quanto a punição que os vereadores poderiam ter em relação a não aprovação do Projeto do Código Tributário, no ato, o vereador a explanar declarou que se sentiu ameaçado, assim como já recebeu ameaça em outro momento. Declarou que se o mencionado cidadão recebe mensalmente de remuneração no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) conforme citou o colega

Roberto Oliveira Sousa


vereador Vá (Waldomiro), existe cidadão que não tem ganhos mensais, sobrevive de Bolsa Família e os que não são inclusos no Programa Social sobrevivem de ajuda da comunidade. Em uso da palavra, o vereador **Waldomiro Sobrinho Mória (Vá de Lindolfo)**, após as saudações, parabenizou os colegas que o antecedeu pelas colocações e preocupações demonstradas para com o município e logo após, expôs que no decorrer da sessão, durante o pronunciamento dos colegas vereadores, recebeu ligações de várias pessoas informando sobre lugares que já se encontra interditados em decorrência das chuvas, solicitando dos responsáveis para que dê assistência a essas localidades. Após as colocações acima, elucidou que os vereadores irão conceder apenas 10% (dez por cento) do Orçamento ao Gestor municipal para o ano vindouro pelo motivo de ter concedido 70% (setenta por cento) para os anos de 2021 e 2022 e o citado Gestor não ter correspondido com desenvolvimento de ações nas comunidades e nos órgãos de saúde, deixando a desejar, dessa forma irão conceder apenas dez por cento do recurso para participar da Gestão e ajudar no desenvolvimento do município, ao tempo que sinalizou que todas as vezes que o Executivo mandar um projeto para a Câmara solicitando um recurso que será aplicado em favor da população, tem certeza que esta Casa aprovará. Em seguida, reforçou o convite para que a população venha participar da sessão destinada à votação do Código Tributário para que tenham ciências do que irá acontecer após a aprovação do citado Projeto, principalmente aquelas pessoas que colocam suas barraquinhas para sobreviver, açougueiros e comerciantes, ao tempo que agradeceu os vereadores que estão atentos para não atender as solicitações absurdas que o Gestor Municipal já encaminhou a esta Casa Legislativa, lembrando da solicitação do empréstimo no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões) que foi reprovado pela Câmara, o qual seria pago pelo povo. Após as colocações acima, frisou sobre o empréstimo feito na Gestão passada no valor de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões) para a realização de várias obras entre elas a construção das Unidades de Saúde das comunidades de Curral Novo e São João, que estão todas paradas porque o atual Prefeito não deu continuidade nas obras, sendo que é a população que está pagando essa dívida através dos impostos. Em relação ao iluminação pública incluída no Código Tributário, sinalizou que foi exposto pelo colega (sem citar nome) que quem gastasse até 80 KWh (Quilowatt-hora) não iria pagar energia, esclarecendo que não pagará a taxa, porém, todos os cidadãos necessitam de equipamentos para manter sua produção e/ou meios de sobrevivência o que atingirá o valor citado, sendo assim afetará a população mais sofrida que luta para adquirir a produção de alimentos. Para finalizar, parabenizou o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, por ter tomado providências em relação aos bloqueios e manifestações aplicando multas e punindo aqueles que estão impedindo as rodovias, ao tempo que falou sobre a situação que o atual Presidente da República fez no Brasil, liberando os impostos dos agricultores/empresários, sendo esse motivo pelo qual os empresários estavam financiando a campanha do "Mito", o que dificultará para o próximo Presidente manter as ações sociais, visto que o atual mentiu e não iria dá continuidade caso fosse eleito, uma vez que não foi incluído no orçamento do ano de 2023, dizendo que o desejo dos bolsonaristas é que o Brasil vire Ditadura, mas graças a Alexandre de Moraes isso não irá acontecer, ao tempo que disse esperar que a PEC que foi apresentada na corrente semana seja aprovada, caso contrário o povo brasileiro irá sofrer. **Na terceira parte – Ordem do Dia, o Presidente colocou em única discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 152/2022 de 04 de Novembro de 2022, passou para a Secretária fazer a leitura do parecer, em seguida foi colocado em votação o parecer e o Projeto. PARECER Nº 83/2022 SOBRE O PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 152/2022 DE 04/11/2022, da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final apresentado por 03 (votos) favoráveis, optando por sua aprovação. O parecer e o Projeto foram aprovados por unanimidade dos presentes em**

Roberto Oliveira Sousa

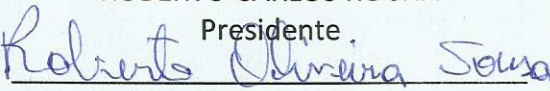
única votação e segue a transcrição do Projeto: **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 152/2022 de 04 de novembro de 2022.** "Denomina Bairro **Loteamento Xavier**, nesta Cidade de Macaúbas e dá outras providências". O Vereador Ricardo Azevedo Longa, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 21 inciso XV da Lei Orgânica do Município; Faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprova e o Prefeito Municipal sancionará a seguinte Lei: **Art. 1º** - Fica denominado **Bairro Loteamento Xavier**, o percurso que inicia na via de acesso, segue pela Rua Maria de Oliveira Neves, até o terreno do Sr. Onofre Pereira da Costa, volta em direção ao terreno da Sra. Maria Bastos da Silva até o ponto inicial. **Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. **Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário. Câmara Municipal de Vereadores, sala das sessões em 04 de novembro de 2022. **Ricardo Azevedo Longa – Vereador.** Continuando, o **Presidente** colocou em única discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/2022 de 04 de Novembro de 2022. O Presidente passou para a Secretária fazer a leitura do parecer, em seguida foi colocado em votação o parecer e o Projeto. PARECER Nº 84/2022 SOBRE O PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/2022 DE 04/11/2022, da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final apresentado por 03 (votos) favoráveis, optando por sua aprovação. O parecer e o Projeto foram aprovados por unanimidade dos presentes em única votação e segue a transcrição do Projeto: **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/2022 DE 04 de novembro de 2022.** "Denomina **Ruas** no Bairro Loteamento Xavier nesta cidade de Macaúbas e dá outras providências". O Vereador **Ricardo Azevedo Longa**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 21 inciso XV da Lei Orgânica do Município; Faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprova e o Executivo Municipal sancionará a seguinte Lei: **Art. 1º**- Fica denominada **Travessa João Joaquim Neves** a Travessa que inicia na Rua Maria de Oliveira Neves e termina no terreno da Sra. Maria Bastos da Silva no Bairro Loteamento Xavier nesta Cidade de Macaúbas. **Art. 2º** - Fica denominada **Rua Maria de Oliveira Neves** a rua que inicia na Via de Acesso e termina no Terreno do Sr. Onofre Pereira da Costa, no Bairro Loteamento Xavier nesta Cidade de Macaúbas. **Art. 3º** - Fica denominada **Rua Nalva Xavier Neves Rêgo**, a rua que se inicia na Via de Acesso e termina no terreno do Sr. Onofre Pereira da Costa, no Bairro Loteamento Xavier nesta Cidade de Macaúbas. **Art. 4º**- Fica denominada **Travessa Maria de Oliveira Xavier**, a rua que se inicia na Rua Maria de Oliveira Neves e termina no terreno da Sra. Maria Bastos da Silva no Bairro Loteamento Xavier nesta Cidade de Macaúbas. **Art. 5º**- Fica denominada **Travessa Manoel Pedro Xavier**, a Travessa que se inicia na Rua Maria de Oliveira Neves e termina na Rua Nalva Xavier Neves Rêgo no Bairro Loteamento Xavier nesta Cidade de Macaúbas. **Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. **Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrário. Câmara Municipal de Vereadores, sala das sessões em 04 de novembro de 2022. **Ricardo Azevedo Longa – Vereador.** Em questão de ordem, o vereador **Ricardo Longa**, agradeceu em nome da Professora Nalva Xavier (em memória) e de todos os seus familiares, aos vereadores pela aprovação unânime nos projetos. Em seguida o **Presidente** colocou em única discussão e votação: REQUERIMENTO S/Nº Datado de 17 de Novembro de 2022 "Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macaúbas, Roberto Carlos Rocha, que submeta a aprovação em Plenário a concessão de Título Honorífico de Cidadão Macaubense ao Senhor Oilson Batista Neves", de autoria do vereador José dos Anjos Santos. O vereador **José dos Anjos (lé)** pediu o apoio dos colegas na aprovação do requerimento, visto que todos conhecem a pessoa do Senhor Oilson, vulgo "Mala", o qual tem contribuído muito no desenvolvimento do nosso município e deixou seu voto a favor. Os vereadores **Marciel Costa, Waldomiro (Vá) Marcelo Nogueira, Ricardo Longa, Jurandi Silva e Rosenilton (Nito)** justificaram seus votos favoráveis ao requerimento, parabenizando o

Roberto Oliveira Sousa

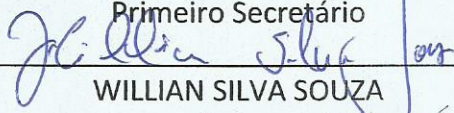
vereador lé pela iniciativa, visto que o Senhor Oilson (Mala) é uma pessoa que tem contribuído muito com o município de Macaúbas o qual sempre está disposto a ajudar as pessoas, principalmente os mais carentes e é merecedor desse Título. Após feito a leitura, o Requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. Ato contínuo, o **Presidente** convocou todos os vereadores e a vereadora para uma sessão extraordinária na próxima terça-feira dia 29/11/2022 às 08h00min para realizar a segunda votação do orçamento, ao tempo que informou que seria publicado o edital de convocação e logo encaminharia ofício aos edis para oficializá-los. Sem mais nada a tratar o Presidente **Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antério)** agradeceu a presença de todos, e declarou encerrada a presente sessão, às 09h30min, da qual, para constar, eu, Edileide Oliveira Rêgo, Secretária, após autorização do Presidente, lavrei e digitei a presente ata, que após lida e não havendo retificações será devidamente aprovada e assinada. Macaúbas, 24 de Novembro de 2022.



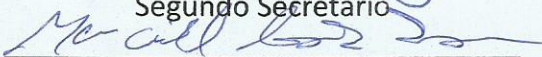
 ROBERTO CARLOS ROCHA
 Presidente



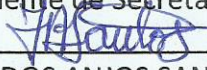
 ROBERTO OLIVEIRA SOUSA
 Primeiro Secretário




 WILLIAN SILVA SOUZA
 Segundo Secretário



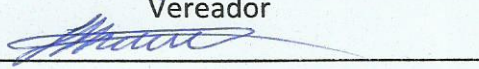
 MARCIEL COSTA SOUZA
 Suplente de Secretário




 JOSÉ DOS ANJOS SANTOS
 Vereador



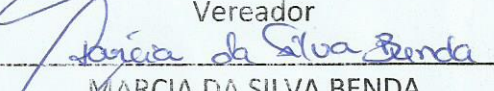
 JURANDI COSTA SILVA
 Vereador




 JURANDI DE SOUZA AMARAL
 Vereador



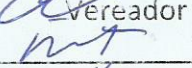
 MARCELO ANTÔNIO NOGUEIRA COSTA
 Vereador



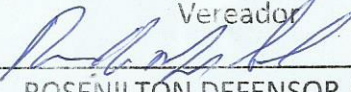
 MARCIA DA SILVA BENDA
 Vereadora



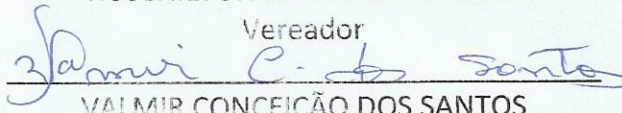
 RICARDO AZEVEDO LONGA
 Vereador



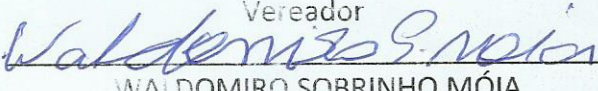
 RICARDO LUCIANO FIGUEIREDO COSTA
 Vereador



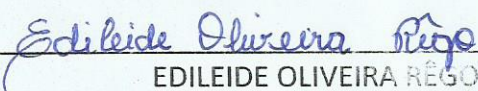
 ROSENILTON DEFENSOR ARAÚJO
 Vereador



 VALMIR CONCEIÇÃO DOS SANTOS
 Vereador



 WALDOMIRO SOBRINHO MÓIA
 Vereador



 EDILEIDE OLIVEIRA RÊGO
 Secretária